



## SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 638584 - SP (2021/0001278-6)

**RELATOR** : MINISTRO RIBEIRO DANTAS  
**IMPETRANTE** : CARLOS EDUARDO PERILO OLIVEIRA  
**ADVOGADO** : CARLOS EDUARDO PERILO OLIVEIRA - SP127537  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : LUCAS GABRIEL FRANCISCO (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SÃO PAULO

### DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* com pedido de liminar impetrado em favor de LUCAS GABRIEL FRANCISCO em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO (HC n. 2270133-54.2020.8.26.0000).

O paciente foi preso em flagrante pela suposta prática do crime de tráfico de drogas, custódia que foi convertida em preventiva.

Impetrado prévio *writ* na origem, a ordem foi denegada.

O impetrante sustenta que o decreto preventivo careceria de fundamentos concretos, considerando que a quantidade de droga encontrada com o agente seria ínfima.

Assevera que, ainda que se trate de agente reincidente, haja vista as circunstâncias do fato, não se visualiza a presença de nenhum dos requisitos previstos no art. 312 do CPP.

Entende que seria possível a substituição da custódia cautelar por quaisquer das cautelares previstas no art. 319 do CPP.

Requer, liminarmente e no mérito, a expedição de alvará de soltura em favor do paciente, com ou sem a aplicação das cautelares previstas no 319 do CPP.

É, no essencial, o relatório. Decido.

Em juízo de cognição sumária, verifica-se que inexistente flagrante ilegalidade que justifique o deferimento do pleito liminar em regime de plantão.

Considerando que o pedido se confunde com o próprio mérito da impetração, deve-se reservar ao órgão competente a análise mais aprofundada da matéria por ocasião

do julgamento definitivo.

Ressalte-se que “é firme a jurisprudência desta Corte no sentido de que ‘a preservação da ordem pública justifica a imposição da prisão preventiva quando o agente ostentar maus antecedentes, reincidência, atos infracionais pretéritos, inquéritos ou mesmo ações penais em curso, porquanto tais circunstâncias denotam sua contumácia delitiva e, por via de consequência, sua periculosidade’ (RHC 107.238/GO, Rel. Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO, SEXTA TURMA, DJe 12/3/2019)” (AgRg no RHC n. 131.260/MG, relator Ministro Ribeiro Dantas, Quinta Turma, DJe de 22/10/2020).

Nesse contexto, afasta-se a plausibilidade jurídica da medida de urgência e reforça-se a impossibilidade de sua concessão no caso em tela.

Ante o exposto, indefiro o pedido de liminar.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de janeiro de 2021.

MINISTRO HUMBERTO MARTINS

Presidente